



## **O Cidadão: da pedagogia do oprimido à leitura crítica<sup>1</sup>**

Renata Souza<sup>2</sup>

### **Resumo**

O artigo que se apresenta pretende analisar de que maneira o jornal *O Cidadão*, veículo de comunicação comunitária do Complexo da Maré, contribui para o processo de tomada de consciência de seu leitor. Acredita-se que a fuga da alienação e a emancipação do ser humano ocorram a partir do momento em que o cidadão tem o conhecimento de sua história e reconhece a sua identidade. Desse modo, a aposta é que a metodologia da pedagogia do oprimido é a chave mestra para a descoberta de uma nova concepção, uma nova visão de mundo. Parafraseando o educador Paulo Freire, a comunicação comunitária se consolida como uma prática libertadora, já que o acesso à informação é o primeiro passo para a libertação das amarras do capital.

### **Palavras-chave**

Cidadão; emancipação; pedagogia; crítica; comunicação;

A consciência aqui é entendida como um processo, já que não se acredita que esta possa ser tomada como um remédio de efeito imediato. A consciência não pode ser adquirida de um momento para o outro, pois se trata de um movimento não linear que depende de todo o arcabouço teórico, prático e subjetivo de cada indivíduo. Para Gramsci “todos são filósofos, ainda que ao seu modo, inconscientemente, porque inclusive na mais simples manifestação de uma atividade intelectual, a linguagem, está contida uma determinada concepção de mundo” (GRAMSCI, *apud* IASI, 2007, p.13).

De início, a consciência se apresenta como a interiorização das relações vividas pelos sujeitos inseridos em uma sociedade. A família é a primeira instituição que assenta o indivíduo perante as relações sociais. Ao nascer, a criança está em absoluta dependência de outros, no caso, seus pais. No entanto, as relações familiares não são as únicas a moldarem o

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na modalidade de Artigo Científico na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduada em Jornalismo e Publicidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: [renatasouza.ufrj@gmail.com](mailto:renatasouza.ufrj@gmail.com)

sujeito, já que este experimenta, no decorrer de sua vida, relações sociais concretizadas na escola, no trabalho, na militância, entre outros.

Para Mauro Iasi, na escola não se consegue estabelecer uma crítica de que é apenas uma forma de escola, mas a vivemos como “a escola”, já que a caracterizamos como algo natural, o que leva a uma subserviência. Na escola, as regras são determinadas por outros que não nós, “outros que têm o poder de determinar o que pode e o que não pode ser feito e nosso desejo submete-se diante da sobrevivência imediata. As normas internas interiorizam-se: a disciplina converte-nos em cidadão disciplinados” (IASI, 2007, p.19). Tal submissão também é estabelecida na relação patrão e empregado, pois ao vender sua força de trabalho, o trabalhador concebe como natural os preceitos preestabelecidos pelo capital. Dessa maneira, ao entender o mundo a partir do vínculo imediato e particularizado, a consciência se expressa como alienação.

A alienação tratada acima se concretiza, no primeiro momento, como subjetiva, por apresentar em seu núcleo uma carga afetiva baseada em modelos e identificações de fundo psicológico. É neste contexto que a ideologia se apropria da subjetividade, já que encontra um terreno fértil para germinar sua dominação. Assim, numa sociedade de classes, a classe que capturar os meios de produção, tende a deter as ferramentas para unificar sua visão de mundo. Portanto, a classe dominante dita suas regras e apresenta suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção para perpetuar sua dominação econômica. “As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante, as ideias de sua dominação” (MARX, *apud* IASI, 2007, p.21).

Desse modo, a constituição da visão de mundo do indivíduo encontra como base a concepção dos preceitos difundidos a partir das idéias da classe dominante. A alienação, que naturaliza também a própria sociedade dividida em classes, submete o indivíduo a defesa desta visão de mundo previamente articulada como se fosse um julgamento próprio, e até individual. Assim, é formado o senso comum, de acordo com Gramsci, que o caracteriza como “uma visão acrítica, desistoricizada, sem um inventário”. Segundo o teórico italiano:



Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases histórica passada, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção de mundo significa, portanto, torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa portanto criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos em benefício do inventário. Deve-se fazer, inicialmente, esse inventário (GRAMSCI, *apud* IASI, 2007, p.25).

A emancipação se dará a partir do momento em que o sujeito reconhece a sua história e o seu estar no mundo. No entanto, não há como fugir das contradições existentes nesse processo. Desse modo, quando um trabalhador percebe que é explorado pelo seu patrão e reivindica melhores condições de trabalho e aumento salarial, ele toma consciência de sua força enquanto classe e se organiza. Mas, ao ter suas reivindicações atendidas, retorna à condição de explorado com o trabalho alienado. É necessário que a luta do operário avance além dos interesses próprios na ordem capitalista para que possa superá-la. “A verdadeira consciência de classe é fruto dessa dupla negação: num primeiro momento, o proletário nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois se negar a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital” (IASI, 2007, p.32).

Para o educador Paulo Freire, a luta contra a opressão não pode se configurar como um mero ativismo. Por isso, é necessária a reflexão para que esta seja a práxis. Pelo diálogo crítico e libertador, evita-se a domesticação. Já que “pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-lo em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-lo cair no engodo populista e transformá-lo em massa de manobra. (...) Estamos convencidos de que a reflexão realmente conduz à prática” (FREIRE, 2005, p.59). Este é o resultado de sua conscientização, pois é a partir de “sua inserção lúcida na realidade,



na situação histórica, que levou à crítica desta mesma situação e ao ímpeto de transformá-la” (Idem, 2005, p.61).

### **A comunicação como prática libertadora**

O educador Paulo Freire idealizou a educação do oprimido como prática libertadora, a partir do desenvolvimento de um método pedagógico que privilegia o oprimido como sujeito de sua própria história. De acordo com Freire, a educação libertadora é incompatível com a pedagogia dominante praticada pelas classes dominantes. Diante de tal observação, é impossível não fazer uma analogia com o que ocorre na comunicação. O método freireano para a alfabetização não toma como base a repetição de palavras, como na pedagogia formal. O alfabetizando é provocado a reinventar, de maneira crítica, as palavras de seu mundo, para que tenha condições de dizer a sua própria palavra. Assim, “com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana. E o método que lhe propicia essa aprendizagem comensura-se ao homem todo, e seus princípios fundam toda pedagogia” (FIORI, *in* FREIRE, 2005, p.12). Desse modo, configura-se como um “método de conscientização”, que privilegia a o diálogo entre indivíduos.

A dialogicidade, que prevê o diálogo como fonte geradora do fenômeno humano, protagonizada pela palavra, que se impõe mais do que um simples meio, encarna uma busca por elementos constitutivos. Tal busca se revela em duas dimensões: ação e reflexão. Isso porque “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (FREIRE, 2005, p.89). Desse modo, a palavra comprometida com a falta de autenticidade, conseqüentemente, não modifica a realidade. A palavra inautêntica prejudica a sua dimensão de ação e de reflexão e se transforma em “palavreria”, já que não se compromete com a denúncia do mundo, por isso, se qualifica como alienada e alienante. “Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho” (Idem, 2005, p.90). Mikhail Bakhtin sinaliza que “o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como algo individual no sentido estrito do termo”

(BAKHTIN, 1992, p. 109). A palavra gravita no núcleo das relações sociais. Não é asséptica, neutra ou imparcial, pois se insere diretamente na construção de sentidos e é atravessada por elementos vivenciais ou ideológicos, como atesta Bakhtin:

Toda enunciação (...) é uma resposta a alguma coisa e construída como tal. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. (...) Uma inscrição (...) é produzida para ser compreendida, é orientada para a leitura no contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, no contexto do processo ideológico do qual é parte integrante (BAKHTIN, 1992, p.98).

Assim, o diálogo entre os homens se configura em um pronunciar o mundo sem esgotamento, além de creditar a esses homens uma significação enquanto homens. O diálogo se apresenta como uma exigência existencial. “E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias no sujeito” (FREIRE, 2005, p.91). O depósito de ideias é um dos principais instrumentos de manipulação, dominação e opressão das classes dominantes. Freire identifica tais estratégias na visão “bancária” da educação, que considera o conhecimento como uma doação dos sábios aos privados de sabedoria. Desse modo, a educação é manipulada como um ato de depositar e transferir os valores e conhecimentos das classes dominantes, sem que haja a possibilidade de reflexão e muito menos a sua superação. Para o educador:

“Na medida em que esta visão “bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu “humanitarismo”, e não humanismo, está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade. Por isto mesmo é que reagem, até instintivamente, contra qualquer tentativa de uma educação estimulante do pensar autêntico, que não se deixa emaranhar pelas visões parciais da realidade, buscando sempre os nexos que prendem um ponto a outro, ou um problema a outro” (FREIRE, 2005, p. 69).

Theodor Adorno também critica as características da escola tradicional, na qual o professor é o detentor do saber e o aluno é um receptáculo vazio, sem direito a expor novas ideias e muito menos a discordar das apresentadas pelo mestre. Nas palavras de Paulo Freire esta seria a “educação bancária”. Adorno observa que, por outro lado, os alunos parecem ter



assimilado essa forma de ensino, acostumando-se a aulas expositivas dogmáticas, mantendo-se numa atitude passiva, mesmo quando lhes é dada a oportunidade de discutir acerca de algum tema apresentado pelo professor.

Ao vincular a questão da emancipação ao processo educacional, Adorno defende que a educação deve, simultaneamente, evitar o que ele chama de “barbárie” e buscar a emancipação da pessoa. Entende-se, por barbárie, o impulso de destruição que o homem traz consigo. Esse impulso manifesta-se nas diversas formas de agressividade que percebemos no cotidiano e pode chegar a situações extremas, como os campos de extermínio da Segunda Grande Guerra Mundial. A educação autoritária não consegue evitar as possibilidades destrutivas que o homem traz consigo; por isso, Adorno propõe uma educação “emancipatória”. Esse modelo educacional evita a repressão, se distancia da reprodução tecnicista e focaliza o aspecto produtivo da vida humana. Em outras palavras, a educação emancipatória pensa a sociedade e a educação distanciando-as do caráter industrial a que é submetido a cultura. A partir dessa perspectiva, o processo educacional pode favorecer a formação de sujeitos críticos e emancipados; sujeitos capazes de “domesticar” o impulso destrutivo que lhes é inerente. Desse modo, a educação forma pessoas autônomas e contribui para que não se repitam barbáries (ADORNO, 1995).

Adorno situa sua indignação com a pouca atenção que foi dada ao que aconteceu em Auschwitz. Para ele, o sentido da educação é criar uma auto-reflexão crítica, a primeira exigência para a educação é não permitir que esse evento torne a se repetir. Esse modo de refletir deveria ser trabalhado desde a educação infantil, produzindo um clima intelectual, cultural e social que não dê margem a tal repetição. Isso levaria a um maior compromisso das pessoas e é à sua falta e à perda da autoridade que o autor reconhece a responsabilidade pelo que aconteceu. Não fosse a severidade da escola tradicional, talvez tudo tivesse ocorrido de modo diferente. A opressão leva os oprimidos a oprimirem também aos outros. Ademais, o autor sugere que a consciência coisificada de sua época, em que a técnica ocupa lugar significativo, gerou pessoas tecnológicas. Os homens esquecem que a tecnologia é apenas uma extensão de seu braço, e não que ela possui força própria. Então, o que acontece dessa relação do homem com a técnica? Simplesmente o fruto disso são pessoas frias, sobretudo incapazes de amar. A agregação de pessoas com esse tipo de personalidade é o que gera



Auschwitz. E não permitir que esse evento se repita deveria ser o centro de toda a educação política.

A emancipação, na perspectiva de Adorno, não se refere apenas ao indivíduo como entidade isolada, mas fundamentalmente como um ser social. Ela é pressuposto da democracia e se funda na formação da vontade particular de cada um, tal como ocorre nas instituições representativas. É preciso supor, para evitar um resultado irracional, que cada um possa se servir de seu próprio entendimento. A emancipação é a formação para a autonomia, mas ela só pode ser bem sucedida se for um processo coletivo, já que na nossa sociedade a mudança individual não provoca necessariamente a mudança social, mas esta é precondição daquela. A educação deve contribuir, portanto, para o processo de formação e emancipação, criando condições para que os indivíduos, socialmente, conquistem a autonomia.

As argumentações de Paulo Freire e Adorno, sobre a qual temos a profunda concordância, convergem para diferentes atos de comunicação, calcados na palavra entre indivíduos para a superação de suas amarras políticas, sociais, culturais e econômicas. Desse modo, a pedagogia dialógica proposta por Freire, que aposta na autonomia do indivíduo, traz como pilar o enraizamento na vida dessas subculturas (proletária e marginal). Ela instrumentaliza o sujeito para uma contínua reflexão, que cria e recria as suas próprias estratégias para alcançar a libertação. No regime de dominação de consciências, os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra. Assim, a palavra é monopolizada pelos dominadores, que mistificam, massificam e dominam. “Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detêm e a recusam dos demais é um difícil, mas imprescindível aprendizado – é a pedagogia do oprimido” (FIORI, *in* FREIRE, 2005:22).

Dessa forma, a analogia com o que ocorre nos meios de comunicação monopolizados pela classe dominante é mais que perfeita. Esses meios são antidialógicos e assim perpetuam sua manutenção. Neles, a palavra está despossuída do seu potencial de denúncia do mundo, já que, para os detentores desses meios, não há interesse em desvendar o mundo, muito pelo contrário, a intenção é alienar para que a dominação possa se tornar hegemônica. Com a palavra monopolizada pelos opressores, com suas máquinas “bancárias”

altamente eficientes de depósito de ideias e conteúdos padronizados, não resta outra saída a não ser tomar a palavra através dos meios de comunicação comunitária. E uma das saídas possíveis é a utilização da leitura crítica para a busca de uma comunicação como prática libertadora a partir de sua dialogicidade.

### **Leitura crítica cidadã**

Os meios de comunicação carregam em si um enorme potencial que possibilita uma atuação ativa no processo de conscientização do oprimido. Paulo Freire afirma que, ao pensar em comunicação, não se pode deixar de lado a consciência crítica, por conta da sua ideologização. “Toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira, em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de alguma coisa contra algo ou alguém (...). Daí o papel apurado que joga a ideologia na comunicação, ocultando verdades, mas também a própria ideologização no processo comunicativo” (FREIRE, *apud* GUIMARÃES, 2003, p.195). A opção de ser um agente mobilizador da transformação social só é possível a partir do reconhecimento de que os homens não são livres, e a sua palavra também não o é. Sua liberdade é tolhida por um sistema social injusto e antidemocrático. O estudioso José Moran (1993), ao citar Paulo Freire, destaca o papel dos meios de comunicação como auxiliares no processo de libertação. Para ele, a tomada de consciência é o primeiro passo para a libertação. Desse modo, a articulação da leitura crítica é imprescindível para a conscientização de sua própria identidade, porque possibilita a descoberta do homem em si como um sujeito independente.

A leitura crítica é capaz de introduzir a perspectiva histórica, já que é realizada a partir da práxis, mesmo que ela não seja, necessariamente, um meio para a tomada de consciência. A leitura crítica se dá pela interação com o mundo e com os sujeitos de determinado espaço. Desse modo, percebe-se que ela se caracteriza como um “processo crítico”, feito no cerne da ideologia, que nem por isso deixa de estar sujeita a críticas. No entanto, é importante que o processo de conscientização tenha real afinidade com a percepção de que se está em um mundo em que as manifestações humanas se expressam na cultura. Assim, não se deve limitar a leitura crítica ao campo ideológico, pois, por meio da cultura, é





possível desvendar o campo lúdico, a fantasia, o lazer e o sonho, capazes de reordenar seus posicionamentos políticos.

A sociedade organiza o social, fruto de inúmeros fragmentos amalgamados dentro de um mínimo nível de coerência. Por outro lado, a leitura é um processo de condução de vida pessoal, de união dos fragmentos de vida de cada indivíduo que é levado a tentar compreender o mundo. Essa relação e organização do pessoal-social é dinâmica, com semelhanças notáveis em grandes linhas das relações sociais e também com enormes discrepâncias. Em síntese, embora social exerça uma pressão homogeneizadora para a compreensão do mundo, essa pressão é continuamente mediada, filtrada pelas histórias concretas, pessoais, que não se confundem com o social (MORAN, 1993:31).

A dimensão política da leitura crítica é facilmente reconhecida no jornal comunitário *O Cidadão*, a partir da percepção de que este veículo articula e aprofunda a discussão sobre a necessidade de um mundo melhor para todos. Isso significa dizer que o jornal trava uma luta social para uma mudança sistemática de paradigma. “É perfeitamente compreensível, em consequência, que vários grupos possuam níveis de consciência crítica – de organização de mundo – satisfatórios, coerentes e, no entanto, diferentes, porque provêm de sistemas de valores, visões de mundo e de totalizações ideológicas diferentes” (MORAN, 1993, p.33).

Neste contexto, os meios de comunicação acabam se inserindo como um meio pedagógico. Seja de forma aberta, como classifica Moran, do entretenimento como maneira de se preencher o lazer como atividade principal; ou como o transmissor do saber, com a utilização de programas com conteúdos pedagogicamente estabelecidos. “Leitura crítica é um processo educativo que relaciona os diversos processos pedagógicos, tanto os formais quanto os informais (...), que se realizam na prática, pela sua contínua relação com as pessoas, como os meios de comunicação” (Idem, 1993, p.35).

Assim, a leitura da comunicação se faz necessária para que se possa dispor de uma interpretação que capte os processos de mediações contidos no universo cultural e ideológico. É descortinar as mazelas do sistema hegemônico da classe dominante. “Ler a comunicação é descobrir as relações humanas e econômicas dissimuladas, explicitar as contradições ocultas. Desvendar as discrepâncias entre o discurso e a práxis, ‘desnaturalizar’ o modelo de vida apresentado pelos grandes meios” (Ibidem, p.36). Tal observação é de suma importância, já que os meios tendem a se apresentar ‘despretensiosamente’, sem querer educar, mas educando e modelando pensamentos e atitudes de acordo com as demandas da classe hegemônica.



Moran atenta para o fato de haver uma grande dificuldade de se utilizar os meios de comunicação de maneira oposta, mesmo por grupos revolucionários. “Se os líderes revolucionários aceitam a tentação de manejar a massa popular através dos meios de comunicação, como a classe dominante usou, a revolução começa a perder-se” (FREIRE, *apud* MORAN, 1993, p.39). Isso porque manifesta a contradição de si mesma.

Ler a comunicação é decifrar as várias codificações ideológicas envolvidas em cada momento do processo histórico e explicitar, através dessas codificações, como se estabelecem as relações de poder interclasse, grupos e pessoas. Ler é desenvolver juntos com pessoas e grupos essa percepção das materializações da ideologia e das relações de poder a partir de diversos procedimentos metodológicos participativos e propor também participativamente caminhos mais adequados para expressar novas visões de mundo e expressar novas relações de poder (MORAN, 1993, p.52).

Há que se notar que, apesar de os meios de comunicação comunitários priorizarem, especificamente, conteúdos relativos à sua localidade, em vez de investir na participação ativa de todos os cidadãos nos processos do fazer comunicativo, estes meios contribuem para a educação, e conseqüentemente, para a libertação. Eles possibilitam a circulação de uma gama de conhecimento pelos conteúdos transmitidos, além de estabelecer um processo de produção e difusão de mensagens que facilitam o auto-reconhecimento. Afinal, é pela palavra que o homem torna-se homem, como bem pontuou Freire. Desse modo, a comunicação comunitária também é capaz de a partir do pequeno, do local, do cotidiano, acessar o grande, o global, o filosófico. Ao “descobrir nas narrativas cotidianas de um jornal comunitário as linhas de opressão e de dominação. (...) A meta da comunicação comunitária seria então um trinômio *palavra-mundo-libertação*” (ESTEVEES, 2004, p.132).

O perfil de um jornal comunitário deve corresponder aos seguintes objetivos: interligar, atualizar e organizar a comunidade, e realizar os fins a que ela se propõe, como atesta Raquel Paiva ao citar Ciro Marcondes:

Um jornal comunitário é elaborado por membros da comunidade que procuram através dele obter mais força política, melhor poder de barganha, mais impacto social, não para alguns interesses particularizados (anunciantes, figuras proeminentes), mas para toda a comunidade que esteja operando o veículo (MARCONDES, *apud* PAIVA, 2003, p.136).



Cabe observar que *O Cidadão*, um veículo de comunicação comunitária criado em 1999 pela ONG Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, foge da falácia composta pelo trinômio imparcialidade-isenção-neutralidade, amplamente divulgado pelas corporações comerciais que pretendem, desta maneira, garantir a sua credibilidade e legitimidade. *O Cidadão* é parcial, está ao lado dos trabalhadores, dos excluídos e marginalizados pela desigual e desumana sociedade capitalista. O projeto editorial do jornal *O Cidadão*, visa, sob a perspectiva da defesa dos direitos humanos, integrar as 16 comunidades que formam o Complexo da Maré, resgatar elementos dispersos da prática cotidiana dos moradores e que respondem por um sentido de identidade, divulgar e potencializar o trabalho das diversas instituições e movimentos sociais que atuam no cenário local, educar a população sobre a história da Maré e sua relação com o espaço político-cultural do Rio de Janeiro e do Brasil, auxiliar os moradores na construção de uma visão crítica de mundo, transformar seus leitores em agentes ativos e participantes da dinâmica comunicativa criada pelo jornal. O processo de apropriação identitária se dá através da cobertura de pautas que contextualizam a realidade local a partir das histórias dos moradores do Complexo da Maré. Assim, o jornal criou o termo “mareense” para qualificar e identificar os moradores da Maré.

O projeto editorial pode parecer ousado e até inexequível do ponto de vista de uma comunicação comunitária. No entanto, o jornal *O Cidadão* oferece um elemento prioritário para esta análise, basta observar a matéria de capa cujo título questiona: “Quem vai pagar pela crise econômica mundial?”. Quem poderia imaginar que um morador de favela, que dificilmente tem o conhecimento sobre o mercado financeiro internacional, possa ser fonte de uma reportagem semelhante? Pois, nesta publicação, o mareense é a fonte para o debate sobre a crise mundial. Todos os entrevistados reconheceram não saber bem o significado da tal crise mundial, mas observaram a eterna crise social existente nas favelas. “Quem vai pagar por essa crise futuramente é, sem dúvida, o pobre. Para que este sistema capitalista exista, é necessário que se preservem as diferenças sociais, é preciso que uns detenham o poder, o dinheiro, e que outros, a maioria das pessoas, continuem passando por dificuldades”, afirmou o pesquisador da ONG Justiça Global, ao jornal (*O CIDADÃO*, 2009, n°59, p.13).

Na mesma reportagem, o jornal destaca que os moradores de favelas sofrem uma crise constante cotidianamente, como, por exemplo, a péssima qualidade e a ineficiência das políticas públicas voltadas para as áreas carentes e que não correspondem às necessidades



básicas de seus moradores. Denuncia ainda que essa realidade não é abordada de maneira qualificada pelos jornais de grande circulação, o que não ocorre porque os veículos da mídia tradicional estão a serviço das classes mais altas da sociedade. “Os ricos são os donos das grandes emissoras de televisão e dos jornais. Como consequência disso, os assuntos que atingem diretamente a esta parcela da população sempre serão tratados como prioridade” (Idem, 2009, nº59, p.12).

Em 2007, *O Cidadão* estampou em sua capa a frase: “O domínio da TV: como a televisão influencia a população brasileira”. Ao contar a história do mareense Ziel, que sonha em ser famoso e, por isso, segue os carros de reportagem da Rede Globo para aparecer na televisão, o jornal viabiliza o debate sobre o glamour passageiro possibilitado pela televisão e o surgimento da TV digital. Na reportagem, o morador da Baixa do Sapateiro André Wilker diz que “a televisão é uma forma de dizer o que deve ou não fazer”. Já a mareense Maria do Socorro afirma que gosta muito do jornal da TV Globo e não costuma questioná-lo. Diante dos diferentes pontos de vista, a reportagem mostra como a televisão pode manipular as informações, usando como exemplo a cobertura sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): “Era bastante claro como a TV Globo tinha uma visão negativa do movimento e reforçava sempre os aspectos irracionais, violentos e de não aproveitamento do solo pelo MST. Isto é uma tomada de posição”, disse a professora da UERJ Alessandra Aldé. (O CIDADÃO, 2007, nº49, p.12). Além disso, a reportagem lembra que as emissoras de televisão aberta são concessões públicas e, portanto, precisam de aval público. No entanto, “o governo dá a licença para a televisão operar, mas o seu comportamento não é de emissora pública, e sim de mercado, de lucro e audiência” (Idem, 2007, nº49, p.13).

Tais exemplos ratificam *O Cidadão* como um instrumento de leitura crítica da sociedade. Mais do que isso, o jornal descortina pedagogicamente o processo de leitura crítica dos meios de comunicação, possibilitando novas visões sobre a realidade e desencadeando um processo de consciência. Suas pautas são trabalhadas com uma consciência crítica, adquirida a partir da prática cotidiana de comunicação, que prioriza a percepção de que a realidade é algo mutável. Tal consciência se caracteriza por sua aura investigadora, dialógica, na qual o passado e o presente são revisitados sem preconceitos. Desse modo, o veículo participa organicamente do processo de disputa ideológica na Maré e, quiçá, da sociedade. Em suas páginas, ele viabiliza um olhar crítico e, acima de tudo, questionador sobre a realidade do



Complexo da Maré, além de recuperar opinião pública das pessoas que residem nesse espaço tão criminalizado pela sociedade e estrategicamente ignorado pelo poder público. A tomada de consciência para a emancipação do sujeito enquanto cidadão, dotado de direitos e deveres, encontra neste jornal comunitário um ambiente fértil para a articulação da leitura crítica da sociedade. Ao ressignificar sua própria realidade, os sentidos de pertencimento e de identidade local são fortalecidos.

#### Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. Paz e Terra: São Paulo, 1995
- ARBEX JR., José. *Uma outra comunicação é possível (e necessária)*. In: MORAES, Dênis (Org.) *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio – Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro, RJ: Vício de Leitura, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização, as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2008.
- BRAGANÇA, José A. *A cultura como problema*. In: Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.
- BUCCI, Eugênio. *A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias*. In: CANELA, Guilherme (Org.) *Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo*. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.



- \_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.
- ECO, Umberto. *Cultura de massa e níveis de cultura*. In: ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1970.
- ESTEVES, André de. *O Cidadão, um jornal comunitário na era da globalização*. Tese de mestrado em Comunicação Social – Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2007 a .
- \_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: paz e terra, 2006 a .
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: paz e terra, 2007 b .
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: paz e terra, 2006b.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GARCIA, Nelson J. *O que é Propaganda Ideológica*. Coleção Primeiro Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2, 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HALL, Stuart. Liv Sovik, (org.) *Da Diáspora. Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da Comunicação*. São Paulo, SP: Loyola, 1999.
- MORAES, Denis. *Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica*. In: COUTINHO, E. G. (Org) *Comunicação e Contra-Hegemonia*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X: Faperj, 2011.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- \_\_\_\_\_. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis (Org.) *Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MARX, Karl. ENGELS, F. *A ideologia alemã (I – Feuerbach.)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- MCLUHAN, Marshal. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo, SP: Cultrix, 1969.
- MORAN, José Manoel. *Leitura dos meios de comunicação*. São Paulo: Ed. Pancast, 1993.
- O CIDADÃO. Rio de Janeiro, ano I-X, Edições 1-60, junho 1999 – novembro 2009.



**IX** Conferência Brasileira de  
**Mídia Cidadã**  
IV Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum – Comunidade, Mídia e Globalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

PERUZZO, Cíclia M.K. *Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom]

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho*. Uma teoria da Comunicação Linear e em Rede. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

SOUZA, Renata. *O Cidadão e o Complexo da Maré*. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação – habilitação em Jornalismo – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Cidadão: um jornal comunitário a serviço de uma propaganda ideológica da favela*. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação – habilitação em Publicidade – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.